

AUDITOR-FISCAL



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA E MODELO DE CONTROLE – MCA

Questão 1

No século XXI, as Aduanas já não são meros órgãos arrecadadores de tributos nas fronteiras, mas entes responsáveis por importantes atividades estatais, bem retratadas em ferramentas e instrumentos internacionais. Nesse cenário, a missão das Aduanas modernas incorpora dois elementos, complementares, derivados da evolução do comércio internacional.

Assinale a opção que os indica.

- (A) Controle migratório e polícia fronteira.
- (B) Facilitação do comércio e medidas de segurança.
- (C) Investigação de direitos *antidumping* e combate a fraudes comerciais.
- (D) Cobrança de tributos internos e restituição de indébito.
- (E) Fixação da relação de mercadorias proibidas e controle sanitário.

Questão 2

Sobre a aduana brasileira, assinale a afirmativa *incorreta*.

- (A) Faz parte da estrutura do Ministério da Fazenda, na linha do que se verifica em grande parte dos países membros da Organização Mundial das Aduanas.
- (B) Faz parte da estrutura do Ministério da Fazenda, por força de disposição constitucional que trata da fiscalização e do controle do comércio exterior.
- (C) A administração do sistema aduaneiro está expressamente contemplada na missão institucional da RFB, havendo também menção a temas aduaneiros nos objetivos estratégicos da RFB.
- (D) À RFB compete formular a política aduaneira nacional e editar diretrizes que vinculem os demais órgãos que atuam no comércio exterior.
- (E) Entre as atribuições da aduana incumbidas à RFB está a de interpretar e aplicar a legislação aduaneira, e editar atos normativos e instruções para sua execução.

Questão 3

As dimensões continentais do Brasil demandam descentralização das atividades aduaneiras, nos portos, aeroportos e pontos de fronteira, e em unidades centrais, regionais e locais.

A unidade central responsável por gerenciar as atividades relativas ao controle aduaneiro é a

- (A) Coordenação-Geral de Administração Aduaneira.
- (B) Coordenação-Geral de Vigilância e Repressão.
- (C) Superintendência-Geral de Administração Aduaneira.
- (D) Divisão de Administração Aduaneira.
- (E) Subsecretaria de Alfândega.

Questão 4

Sobre os processos de trabalho aduaneiros e suas interações no fluxo de comércio internacional, assinale a afirmativa *incorreta*.

- (A) O controle do cumprimento de obrigações acessórias é importante para a qualidade e a antecipação de informações necessárias à gestão de risco.
- (B) A formulação e a interpretação de atos normativos aduaneiros, no Brasil, tem forte influência de tratados internacionais.
- (C) A implantação do duplo grau de jurisdição no contencioso administrativo aduaneiro decorre de disposição constante em tratado internacional.
- (D) A autorização de intervenientes e a gestão de cadastros aduaneiros é importante tanto para a gestão de riscos quanto para eficácia no processo de aplicação de penalidades.
- (E) O controle de processos de importação e exportação busca garantir conclusividade na liberação de mercadorias, tendo em conta a vedação normativa à realização de auditorias posteriores à liberação.

Questão 5

O modelo de controle e fiscalização mais frequentemente usado na área aduaneira, atualmente, tem como característica

- (A) o aumento do número de obrigações aduaneiras, com controles detalhados e concentrados no momento da liberação das mercadorias.
- (B) a realização de controle de cargas após o despacho aduaneiro de importação, buscando garantir o crédito tributário na operação.
- (C) a desnecessidade de habilitação e credenciamento de operadores, tendo em conta a celeridade necessária aos trâmites de importação.
- (D) a diminuição dos esforços aplicados nas auditorias posteriores e nas ações de vigilância e repressão aduaneira, centrando-se o foco nas etapas iniciais do despacho aduaneiro.
- (E) o gerenciamento de riscos com seletividade, que permite a redução da frequência relativa das intervenções no curso do despacho aduaneiro até a liberação das mercadorias.

CONTROLE DE CARGA, FLUXO DE INFORMAÇÕES E GESTÃO COORDENADA DE FRONTEIRAS – CCA

Questão 6

Sobre o controle aduaneiro sobre cargas e veículos provenientes do exterior que ingressam no país, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente em portos ou aeroportos alfandegados é permitida a entrada, o estacionamento e o trânsito de veículos procedentes do exterior.
- (B) O veículo terrestre pode entrar por qualquer ponto do território nacional, sem a necessidade de autorização pela aduana.
- (C) O controle aduaneiro inclui a verificação dos documentos e informações relacionados ao veículo e às cargas transportadas.
- (D) É vedado o controle aduaneiro sobre a movimentação do veículo pelo território aduaneiro por meio de acompanhamento fiscal.
- (E) As informações sobre as cargas e sobre o veículo são prestadas exclusivamente pelos despachantes aduaneiros no registro da declaração de importação.

Questão 7

Sobre os documentos de transporte de carga, assinale a afirmativa correta.

- (A) O manifesto de carga é preparado e emitido pelo agente de carga.
- (B) A relação dos números de cada conhecimento de carga informado no manifesto é um dos requisitos impostos pela RFB para a apresentação do manifesto de carga.
- (C) O conhecimento de carga possui forma única e universal para todos os modais de transporte.
- (D) O transportador aéreo é responsável pela preparação e apresentação do manifesto do tipo HBL (*house bill of lading*) para a aduana.
- (E) O conhecimento de transporte no âmbito do Acordo de Transporte Internacional Terrestre (Atit) é o AWB.

Questão 8

Sobre o transporte de cargas no comércio exterior brasileiro nos modais marítimo, aéreo e terrestre, assinale a afirmativa correta.

- (A) A extensão da costa brasileira favorece tão somente a movimentação de cargas do tipo granel na importação.
- (B) O modal terrestre por via ferroviária é de fundamental importância para o transporte de produtos e insumos agrícolas na importação e na exportação brasileiras.
- (C) A quantidade de rotas de navegação de cabotagem (entre portos nacionais) é limitada, prejudicando a distribuição de cargas estrangeiras pela costa brasileira.
- (D) O transporte pelo modal marítimo é utilizado exclusivamente para o escoamento da safra agrícola brasileira em navios graneleiros.
- (E) A segurança e a rapidez do modal aéreo favorecem o transporte de mercadorias de alto valor agregado e de valores (ativo financeiro e moeda).

Questão 9

Sobre os sistemas de controle de carga e trânsito da RFB, assinale a afirmativa correta.

- (A) O CCT Importação, desenvolvido sob as premissas de facilitação de comércio e de gerenciamento de riscos, está, atualmente, limitado ao controle de cargas no modal aéreo em voos regulares.
- (B) O Siscomex Mantra controla toda a movimentação de carga marítima em trânsito aduaneiro pela zona secundária.
- (C) O Sistema Mercante é utilizado para a manifestação de cargas e de veículos no modal rodoviário.
- (D) O Siscomex Trânsito Aduaneiro registra o desembarço aduaneiro de cargas submetidas ao despacho de importação.
- (E) O Siscomex Carga permite o registro de chegada e de partida de aeronaves em voos não regulares.

DESPACHO ADUANEIRO OPERACIONAL - DDA

Questão 10

Quanto à *entrega da mercadoria ao importador*, no despacho de importação por DI, assinale a afirmativa correta.

- (A) É registrada por Analista-Tributário, no sistema de controle de carga.
- (B) Exige que a mercadoria tenha sido submetida a exame documental e verificação física.
- (C) Pode ocorrer antes do desembarço, sem registro em sistema.
- (D) Pode ocorrer antes do desembarço, mediante requerimento do importador, conforme hipóteses previstas em norma.
- (E) Ocorre sempre após o desembarço aduaneiro.

Questão 11

Com relação à averbação do embarque no despacho de exportação por meio de DU-E, analise as afirmativas a seguir.

- I. A averbação de embarque ocorre, de forma automática, mesmo que exista pedido de cancelamento da DU-E pendente de análise.
- II. A averbação do embarque somente ocorre após a chegada da mercadoria no exterior.
- III. Os bens cujo embarque estiver averbado são considerados exportados para fins fiscais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 12

As opções a seguir apresentam as etapas do fluxo normal do despacho aduaneiro de importação com DI registrada no Siscomex, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Registro da declaração de importação.
- (B) Entrega dos documentos instrutivos do despacho no módulo Anexação de Documentos.
- (C) Gerenciamento de riscos (GR) da declaração de importação com atribuição de canal de conferência aduaneira.
- (D) Apresentação da carga para despacho (ACD).
- (E) Desembarço aduaneiro.

Questão 13

Sobre o desembaraço aduaneiro no despacho de exportação por DU-E, assinale a afirmativa correta.

- (A) É ato necessário para que ocorra o embarque ou transposição de fronteira da mercadoria exportada, em todas as situações de despacho.
- (B) É ato que registra a conclusão da conferência aduaneira.
- (C) Não é registrado no sistema.
- (D) Não pode ser realizado se houver exigência ativa no sistema.
- (E) Nunca ocorre de forma automática.

Questão 14

Em uma DI selecionada para canal vermelho de conferência aduaneira, o Auditor-Fiscal responsável pela conferência **não** poderá

- (A) fazer a verificação da mercadoria ele mesmo.
- (B) realizar o exame documental.
- (C) desembaraçar a declaração com exigência não cumprida pelo importador.
- (D) solicitar perícia para proceder à identificação da mercadoria.
- (E) solicitar a realização da verificação da mercadoria por um Analista-Tributário, sob sua supervisão.

GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**Questão 15**

Sobre as modalidades de lançamento do crédito tributário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) é um típico exemplo de lançamento por declaração.
- (B) A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) é uma declaração típica do lançamento por homologação.
- (C) Uma Multa por Atraso na Entrega da Declaração (MAED) é um típico exemplo de lançamento de ofício.
- (D) Todos os lançamentos realizados pela Receita Federal (por homologação, declaração ou de ofício) sujeitam-se ao Processo Administrativo Fiscal.
- (E) A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) é uma forma pouco usual de constituição de crédito tributário. Sua função primordial é, na verdade, indicar como os créditos foram extintos.

Questão 16

O Código Tributário Nacional (CTN), instituído pela Lei nº 5.172/1966, no seu Livro II, que trata das normas gerais de direito tributário, traz título específico para tratar de obrigações tributárias. Ali, o CTN aponta as características, forma de constituição e principais elementos constituidores das obrigações tributárias, bem como título específico para tratar do crédito tributário e das suas características.

Sobre esse contexto, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Hipótese de incidência é a descrição hipotética do fato que gera a obrigação tributária, definida em lei, possuindo caráter abstrato.
- (B) O fato gerador possui caráter concreto. É a hipótese de incidência se manifestando materialmente no mundo real.
- (C) O CTN apresenta duas formas de obrigações tributárias, chamando-as de principal e acessória, sendo que a obrigação principal advém da transformação da acessória em valor mensurável.
- (D) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações, positivas ou negativas, no interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos.
- (E) Segundo o CTN, o crédito tributário decorre da obrigação principal. Por isso, esses dois elementos estão intrinsecamente vinculados.

Questão 17

A respeito do crédito tributário, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O pagamento, a moratória, a prescrição e a decadência, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), extinguem o crédito tributário.
- () A multa por omissão de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) é uma forma de constituição do crédito tributário, na modalidade lançamento de ofício.
- () DARF e PIX são opções disponíveis para o pagamento de tributos administrados pela RFB.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – F – V.

Questão 18

Sobre as modalidades de suspensão e extinção do crédito tributário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A transação, prevista no Art. 156, inciso III, do Código Tributário Nacional, importa em determinação de litígio e deve ser efetuada mediante concessões mútuas.
- (B) A Lei nº 10.522/2002 prevê apenas duas modalidades de parcelamento: parcelamento ordinário e parcelamento simplificado.
- (C) A compensação não gera efeitos imediatos, ficando o crédito tributário suspenso até que a RFB se manifeste.
- (D) Os parcelamentos especiais, diferentemente dos parcelamentos ordinário e simplificado, possuem prazos maiores para pagamento, mas não contemplam desconto em multas e juros.
- (E) O pagamento parcial de um crédito tributário importa em presunção de pagamento de todas as prestações em que se decompõe, resultando em extinção total do crédito tributário.

Questão 19

O Código Tributário Nacional apresenta diversos atos que extinguem ou suspendem o crédito tributário. Sobre esses atos, assinale a afirmativa que apresenta a relação correta entre o ato e seu efeito.

- (A) A anistia é causa de extinção.
- (B) A moratória é causa de extinção.
- (C) A compensação é causa de suspensão.
- (D) A decisão administrativa passível de recurso é causa de suspensão.
- (E) O parcelamento é causa de suspensão.

Questão 20

Assinale a opção que indica as vias litigiosas previstas no Código Tributário Nacional que autorizam a alteração do lançamento.

- (A) Impugnação, recurso hierárquico e recurso de ofício.
- (B) Recurso administrativo e recurso de ofício.
- (C) Impugnação do sujeito passivo e recurso de ofício.
- (D) Impugnação e iniciativa de ofício da autoridade administrativa.
- (E) Recurso hierárquico, recurso administrativo e revisão de ofício.

Questão 21

Sobre a Solicitação de Retificação do Lançamento (SRL) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), prevista na Instrução Normativa RFB nº 958/2009, analise as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se, de fato, de revisão de lançamento, muito embora o nome do instituto traga o termo “retificação”, já que estamos falando de alteração de lançamento de ofício de IRPF, regularmente notificado ao sujeito passivo.
- II. Aplica-se a casos de notificação automática de lançamento do IRPF, sem prévia intimação do contribuinte, ou a notificações de lançamento decorrentes de não atendimento à intimação no prazo regular.
- III. No caso de manutenção parcial ou total da notificação de lançamento do IRPF, após a apreciação da SRL, o sujeito passivo ainda pode ingressar com impugnação, seguindo o rito do Decreto nº 70.235/1972.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 22

Sobre as manifestações do *direito creditório* e suas características, assinale a afirmativa correta.

- (A) Restituição, Ressarcimento e Reembolso são manifestações de direito creditório. Todas essas 3 manifestações podem ser utilizadas em compensação, a pedido do sujeito passivo detentor do crédito.
- (B) O reembolso é um direito creditório tipicamente previdenciário. Ele surge quando uma empresa recolhe mais tributo que o devido e é apurado no e-Social.
- (C) A restituição decorre de um pagamento indevido tipicamente não previdenciário. Um pagamento que gera direito creditório de crédito tributário previdenciário é um reembolso, não se confundindo com uma restituição.
- (D) O ressarcimento é uma forma de direito creditório cuja origem não está relacionada necessariamente a um recolhimento prévio de tributos por parte da empresa detentora desse direito.
- (E) Somente os tributos PIS e Cofins geram direito a ressarcimento. Todos os direitos creditórios de outros tributos são restituição ou reembolso.

Questão 23

O sistema Per/Dcomp é uma forma eletrônica de se solicitar um direito creditório. Ele é utilizado para solicitações de restituições, compensações, créditos judiciais, entre outras capacidades. O pedido feito no Per/Dcomp (Pedido Eletrônico de Restituição ou Declaração de Compensação) é, em regra, recebido e processado pelo SCC (Sistema de Controle de Crédito).

Sobre o sistema Per/Dcomp e o SCC, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Atualmente, o sistema Per/Dcomp tem duas versões: a instalável e a Web.
- (B) O Per/Dcomp padroniza a entrada de informações necessárias à apuração do direito creditório.
- (C) O SCC é o sistema que controla os pedidos feitos pelo Per/Dcomp, demandando, sempre, a auditoria de um Auditor-Fiscal para emissão de uma decisão – seja para reconhecer ou negar um direito creditório.
- (D) Apesar dos avanços do Per/Dcomp, há pedidos que não podem ser realizados de forma eletrônica.
- (E) O SCC faz diversas verificações sobre o pedido feito em Per/Dcomp. Entre as obrigações acessórias verificadas, estão a DCTF e a DIRPF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais e Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física).

Questão 24

A compensação de ofício é proposta quando um contribuinte tem direito à restituição ou ao ressarcimento. Ao mesmo tempo, ele possui um débito exigível.

Sobre a *compensação de ofício*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Uma vez proposta a compensação de ofício, ela ocorre somente com a concordância expressa do sujeito passivo.
- (B) Nos casos de compensação de ofício, é facultado ao sujeito passivo escolher o que ele deseja compensar. Para isso, ele é comunicado pela Receita Federal, e deve responder detalhadamente como ele deseja essa compensação de ofício.
- (C) A compensação de ofício só ocorre com as pessoas físicas. Isso porque a declaração de imposto de renda da pessoa física é incapaz de indicar débitos para compensação.
- (D) O programa Per/Dcomp (Pedido Eletrônico de Restituição ou Declaração de Compensação) não possui a capacidade de realizar compensação de ofício, mas o Per/Dcomp Web possui. Nesses casos, cabe ao Contribuinte indicar quais débitos ele deseja compensar.
- (E) A compensação de ofício pode correr com débitos cuja compensação por Per/Dcomp não seja possível.

Questão 25

O Sistema Omissos PF entrou em produção em 10 de setembro de 2012, com o objetivo de identificar e controlar as pessoas físicas omissas de Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) e o residente no exterior com informações em Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) de tributação de IR como residente no Brasil.

A partir de 3 de janeiro de 2019, além das informações da Dirf, passou a apontar omissão por presumir como recebidos os valores informados nos pagamentos declarados na ficha Pagamentos Efetuados da DIRPF de terceiros e os aluguéis declarados em Declaração de Atividades Imobiliárias (DIMOB).

Assinale a opção que indica a situação cadastral do CPF quando houver a omissão de entrega da DIRPF, se obrigatória.

- (A) Regular
- (B) Pendente de regularização
- (C) Suspensa
- (D) Cancelada por multiplicidade
- (E) Cancelada de ofício

Questão 26

A gestão de cadastros está baseada nos preceitos listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Autenticidade.
- (B) Integridade.
- (C) Disponibilidade.
- (D) Sigilo.
- (E) Parcialidade.

Questão 27

O CNPJ consiste em um banco de dados mantido pela RFB no qual são armazenadas informações cadastrais das entidades jurídicas de interesse das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com ou sem personalidade jurídica.

Nesse contexto, sobre o cadastro da pessoa jurídica assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A alteração cadastral de um CNPJ é ato praticado com o intuito de incluir, modificar ou suprimir informações de um registro na base do CNPJ.
- (B) Atualmente o CNPJ só pode ser encerrado a pedido do empresário e somente mediante a apresentação de certidão negativa de débitos.
- (C) Os clubes de investimento estão obrigados a se inscreverem no CNPJ.
- (D) Os candidatos a cargo político eletivo e frentes plebiscitárias ou referendárias estão obrigados a se inscreverem no CNPJ.
- (E) A Redesim, criada pela Lei Federal nº 11.598/2007, é o processo de registro de empresas e negócios visando à simplificação, à harmonização e à integração dos processos de registro e legalização de empresas, com vistas à melhoria do ambiente de negócios.

Questão 28

Após a constituição do crédito tributário, a Receita Federal e a Administração contam com instrumentos de cobrança e garantia do crédito tributário.

Sobre esse tema, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O arrolamento se encerra, na RFB, com o pagamento ou a liquidação do crédito tributário que lhe deu causa.
- (B) A medida cautelar fiscal é a situação extrema na qual a Receita Federal proíbe que o contribuinte desfaça de seu patrimônio.
- (C) Os bens passíveis de arrolamento devem ser, prioritariamente, bens imóveis suscetíveis de registro público. O arrolamento é informado aos cartórios, que devem proceder às anotações nos registros, sem custas para a União.
- (D) A medida cautelar fiscal pode ser estendida aos sócios e administradores com poder de gestão no período do fato gerador, ou inadimplemento.
- (E) Caso o contribuinte deseje substituir um bem arrolado, deve comunicar isso à União e apresentar outro bem para ser arrolado em substituição.

ESTADO, SOCIEDADE E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**Questão 29.**

Assinale a opção que indica a tecnologia que a RFB utilizou em alguns de seus projetos de sucesso recentes, como o bCPF e o bConnect.

- (A) *RoboBlock*.
- (B) *IntelligentChain*.
- (C) *Blockchain*.
- (D) *Bitcoin*.
- (E) *InovationChain*.

Questão 30

No Brasil, país de dimensões continentais, a Receita Federal, para otimizar suas ações, deve

- (A) usar recursos financeiros infinitos.
- (B) usar recursos financeiros exclusivamente da iniciativa privada, terceirizando suas ações.
- (C) usar tecnologia da informação para compensar a falta de recursos financeiros e humanos.
- (D) restringir a aplicação de recursos em quaisquer ações mitigatórias ou de otimização.
- (E) Evitar a contratação de mão de obra e substituir todo o quadro por inteligência artificial

Questão 31

Sobre o *projeto de reconhecimento facial* adotado pela RFB nos aeroportos brasileiros (IRIS), analise as afirmativas a seguir.

- I. É um exemplo do uso de tecnologia da informação, gestão de risco e inteligência para otimização das ações da RFB.
- II. É um exemplo de como o uso da burocracia do serviço público influencia as ações positivas da RFB.
- III. É um exemplo do abuso de autoridade e do exercício do poder de polícia pela RFB em suas atividades fins.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 32

Sobre a tecnologia *blockchain*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É uma sustentação tecnológica para diversas criptomoedas.
- (B) Possui, de modo geral, o paradigma *peer-to-peer*.
- (C) É uma tecnologia revolucionária.
- (D) É um artifício tecnológico que utiliza conceitos de criptografia.
- (E) É uma tecnologia teórica pura, sem utilização prática pela RFB.

Questão 33

Assinale a opção que apresenta uma característica da tecnologia *blockchain*.

- (A) É usada como forma exclusiva de lavagem de dinheiro pelo tráfico internacional de drogas, sem nenhum caso de aplicação lícita.
- (B) O que é escrito não é apagado ("*grava os dados em pedra*").
- (C) É uma tecnologia do século XIX, que voltou a ser utilizada na repressão aduaneira, apenas.
- (D) Está baseada exclusivamente em grandes computadores, centralizados na AMAZON.COM nos EUA.
- (E) É uma tecnologia que vem sendo estudada no mundo acadêmico com previsão de oferecer resultados nos próximos 3 anos.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E FLUÊNCIA EM DADOS II**Questão 34**

As opções a seguir apresentam diretrizes da Política de Governança de Dados do Ambiente Analítico da Receita Federal, conforme disposto no Art. 3º da Portaria RFB nº 206/2022, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Prover os insumos de informações necessários ao cumprimento da missão do órgão com qualidade, tempestividade, facilidade e meios de acesso.
- (B) Garantir o sigilo, a soberania e a privacidade de dados e informações, de acordo com a legislação em vigor.
- (C) Otimizar o processo de ingestão, de tratamento, de integração, de uso e de compartilhamento de dados.
- (D) Ajustar o ambiente de dados ao protocolo internacional de intercâmbio de informações fiscais.
- (E) Monitorar o uso, os benefícios, os custos e os riscos relacionados ao ambiente de dados analíticos.

Questão 35

Quanto ao *ContÁgil*, *software* de análise de dados utilizado pela Receita Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nele é possível visualizar graficamente, por meio do chamado 'Gráfico de Fluxos Contábeis', todas as movimentações entre todas as contas contábeis, utilizando algoritmos que reorganizavam os dados de uma forma mais adequada.
- II. Muitas das funcionalidades implementadas inicialmente no ContÁgil tinham finalidades específicas para diferentes processos de trabalho, mas havia também algumas funcionalidades que podiam ser aplicadas a qualquer contexto de trabalho, tal como o 'Modelo Analítico Dinâmico' (MAD).
- III. O ContÁgil, inicialmente, trabalhava apenas os dados armazenados localmente na máquina do usuário, mas, posteriormente, passou a fazer uso também de dados armazenados em sistemas servidores, inclusive fazendo integração direta com o Data Warehouse – DW.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 36

Sobre *scripts* no ContÁgil, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () São componentes desenvolvidos por usuários sem requerer a participação de um desenvolvedor do código fonte.
- () Para o servidor que conhece linguagem de programação é possível a construção de *script* no ambiente ContÁgil com as linguagens Java, JavaScript, Python, Ruby e Groovy.
- () É possível desenvolver *scripts* utilizando blocos lógicos em forma gráfica, chamado Script Visual, desde que se possua domínio dos conceitos elementares de lógica de programação.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

Questão 37

Sobre entidades e relacionamentos em grafos no ContÁgil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Um nó será necessariamente uma pessoa física ou jurídica.
- (B) Os relacionamentos são sempre unidirecionais.
- (C) Geralmente um “nó” será uma pessoa, mas poderá ser também uma “ligação telefônica”, uma “conta bancária”, um “bem móvel ou imóvel” etc.
- (D) Os relacionamentos direcionados não admitem diferentes significados dependendo da direção em que se percorre a relação.
- (E) Os relacionamentos “não direcionados” distinguem quem está de um lado ou do outro na relação.

Questão 38

Sobre o recurso *Service Code Running as a Suite* (SCRaaS) do ContÁgil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O SCRaaS é um *script* do ContÁgil, desenvolvido na forma Visual ou em linguagem de programação com o propósito de facilitar o desenvolvimento e implantação de *web-services*.
- (B) O SCRaaS somente pode ser escrito em *script* visual.
- (C) Ao criar um SCRaaS o desenvolvedor deve construir todos os recursos necessários para o funcionamento do serviço, tais como controle de acesso, registros de LOG e provisionamento de recursos computacionais.
- (D) O SCRaaS é poderosíssimo: um serviço ou consulta executado por meio dele não registra quaisquer logs e tampouco tem restrição de uso dos recursos computacionais do ambiente de servidor do ContÁgil.
- (E) SCRaaS é um poderoso *crawler* que monitora, raspa e indexa da internet os dados de interesse da Receita Federal.

SIGILO FISCAL**Questão 39**

Sobre a possibilidade de fornecimento de informações ao Ministério Público, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lei Complementar nº 75/1993, confere exclusivamente aos membros do Ministério Público Federal a competência para requisitar informações acobertadas por sigilo fiscal.
- (B) Os membros do Ministério Público da União podem requisitar informações protegidas por sigilo fiscal.
- (C) O Ministério Público Eleitoral compõe o MPU e pode requisitar informações protegidas por sigilo fiscal.
- (D) Todos os Ministérios Públicos Estaduais compõe o MPU e podem requisitar informações protegidas por sigilo fiscal.
- (E) Não é possível atender as requisições de Ministérios Públicos Estaduais versando sobre inquéritos civis que apurem atos de improbidade administrativa.

Questão 40

As opções a seguir apresentam possibilidades de fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A RFB pode fornecer informações complementares à Polícia Federal relativas ao representado e ao crédito tributário apurado a fim de apurar a prática de infração penal objeto de RFFP.
- (B) A troca de informações entre a RFB e a PGFN deve ser ampla e irrestrita, não se justificando nenhuma forma de restrição.
- (C) A RFB não pode fornecer informações protegidas por sigilo fiscal a senadores, deputados federais, deputados estaduais ou distritais e vereadores.
- (D) Defensor público que represente legalmente pessoa hipossuficiente pode, de posse de procuração ou de autorização formal passada pelo representado, solicitar à RFB e obter informações protegidas por sigilo fiscal.
- (E) Não é possível a transferência recíproca de informações entre a RFB e o INSS.

Questão 41

Sobre *sigilo fiscal*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Constituição Federal/88, no seu Art. 5º, inciso X, garantiu os direitos à intimidade e à privacidade. Desse preceito decorre o direito ao sigilo fiscal.
- (B) Sendo garantia jurídica aos direitos individuais, a divulgação das informações que tenham sido obtidas pelo agente fiscal no exercício das suas atribuições reveste-se de excepcionalidade.
- (C) Em razão do disposto no Art. 198 do CTN, não é possível atender a solicitações de autoridade administrativa ainda que no interesse da Administração Pública.
- (D) O sigilo fiscal está expressamente consignado no Art. 198 do Código Tributário Nacional.
- (E) Não cabe à RFB questionar as motivações da Justiça ao requisitar.

Questão 42

Sobre a possibilidade de fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Podem ser fornecidas informações protegidas por sigilo fiscal à AGU para fins de defesa da União em processo judicial que envolva matéria tributária ou outra de interesse da RFB, desde que as informações solicitadas estejam relacionadas ao objeto da ação judicial.
- (B) Em razão do disposto no Art. 199 do CTN, é possível o intercâmbio de informações entre a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sem necessidade de previsão em lei ou convênio.
- (C) É possível fornecer informações protegidas por sigilo fiscal às Mesas das Câmaras dos Deputados e do Senado Federal.
- (D) As informações relativas a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade são protegidas por sigilo fiscal.
- (E) Não é possível fornecer informações protegidas por sigilo fiscal ao Tribunal de Contas da União ou à Controladoria-Geral da União.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÕES DIGITAIS - SPED

Questão 43

Assinale a opção que apresenta um objetivo do SPED.

- (A) A simplificação e a racionalização de obrigações acessórias, a agilização dos procedimentos sujeitos a controle das administrações tributárias e a redução de custos com armazenamento de documentos em papel.
- (B) A integração administrativa entre as administrações tributárias, a padronização e a melhor qualidade das informações, sem importar-se com a racionalização de custos e a maior eficácia da fiscalização.
- (C) A substituição de obrigações tributárias em papel por obrigações tributárias digitais e a padronização e a melhor qualidade das informações.
- (D) A integração administrativa entre as administrações tributárias e a criação de um cadastro de todos os contribuintes.
- (E) Viabilizar o desenvolvimento de métodos e instrumentos não compartilhados entre as administrações tributárias das três esferas federativas.

Questão 44

Assinale a opção que apresenta, corretamente, uma simplificação trazida pelo *eSocial*.

- (A) O aumento do custo de conformidade para as empresas.
- (B) A padronização e unificação de declarações e formulários.
- (C) A perda da qualidade das informações prestadas ao governo.
- (D) A maior transparência das informações para os empregados, mas não para o Estado.
- (E) O aumento do tempo gasto pelas empresas no cumprimento das obrigações.

Questão 45

O SPED é formado por diversos módulos. Um destes módulos, o *e-Financeira*, tem características e objetivos distintos dos demais módulos que compõem o SPED.

Sobre as informações que são prestadas no *e-Financeira*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A identificação da origem ou do destino dos créditos e débitos relativos à movimentação financeira.
- (B) O IOF decorrente de movimentações financeiras.
- (C) O IRPF decorrente de movimentações financeiras.
- (D) Os subsídios para o compartilhamento de informações de estrangeiros com os seus países de origem.
- (E) O livro de apuração do IOF.

Questão 46

Os itens relacionados a seguir apresentam características presentes na EFD ICMS IPI, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) O prazo de entrega é definido pelas administrações tributárias estaduais.
- (B) O arquivo digital é gerado de acordo com as especificações do *layout* definido em Ato Cotepe.
- (C) A periodicidade mensal deve apresentar informações relativas a um mês civil ou fração, ainda que as apurações dos impostos sejam efetuadas em períodos inferiores a um mês, segundo a legislação de cada imposto.
- (D) O arquivo digital está baseado em eventos periódicos e em eventos de tabelas.
- (E) O Bloco H é utilizado para escriturar informações do inventário físico do estabelecimento.

Questão 47

A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) é um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a ser utilizado pelas pessoas jurídicas e físicas e tem por objeto a escrituração de várias informações.

As afirmativas a seguir apresentam informações a serem prestadas na EFD-Reinf, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A receita bruta e a respectiva apuração da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), instituída pela Lei nº 12.546/2011.
- (B) A comercialização da produção e apuração da contribuição previdenciária substituída pelas agroindústrias e demais produtores rurais pessoa jurídica.
- (C) Os recursos recebidos por (repassados para) associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional, referente a contribuição social previdenciária.
- (D) Os serviços tomados/prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, referente retenção de contribuição social previdenciária, instituída pela Lei nº 9.711/1998.
- (E) O Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque.

Questão 48

Sobre a *Escrituração Fiscal Contábil (ECF)*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ECF foi criada para a apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- (B) Os órgãos públicos, as autarquias e as fundações públicas são obrigados a entregar ECF.
- (C) A ECF deve ser entregue para cada ano e para cada estabelecimento da pessoa jurídica.
- (D) Não há multa prevista para a não apresentação da ECF.
- (E) A estrutura de *layout* da ECF é composta por índices e arquivos.

Questão 49

As afirmativas a seguir apresentam opções de entrada de dados na Central de Balanços, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Arquivos PDF contendo demonstrações contábeis ou documentos.
- (B) Digitação na interface Web da Central de Balanços.
- (C) Escrituração Contábil Digital - ECD entregue ao SPED.
- (D) Arquivos XBRL contendo demonstrações contábeis ou documentos.
- (E) Arquivos nos formatos PDF e planilhas eletrônicas contendo demonstrações contábeis ou documentos.

Questão 50

A Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e), em que pese ainda ter módulos em desenvolvimento, teve a sua implantação realizada em julho de 2022 e seus fundamentos apresentam evoluções em relação aos demais documentos fiscais eletrônicos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Assinale a opção que **não** pode ser considerada uma dessas evoluções.

- (A) A maior agilidade no fluxo de informações e gerações de notas fiscais.
- (B) O envio pelo contribuinte de informações resumidas via declaração para geração da nota fiscal.
- (C) O compartilhamento de documentos fiscais entre as administrações tributárias.
- (D) O acesso pelos municípios a um painel para configuração do ambiente.
- (E) A possibilidade de apuração unificada.

TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO**Questão 51**

A Receita Federal, ao analisar a declaração de rendimentos de um contribuinte pessoa física (IRPF), verificou que:

- I. O contribuinte apurou o imposto devido de R\$ 1.500,00 e efetuou o pagamento no prazo previsto na legislação vigente;
- II. Foi detectada uma omissão nos rendimentos declarados, cujo efeito foi a redução indevida do imposto apurado em R\$ 700,00.

Para efetuar a cobrança da diferença apurada, a Receita Federal deve

- (A) efetuar o lançamento de ofício no valor total de R\$ 2.200,00, dado que a importância confessada por intermédio da declaração (R\$ 1.500,00) não afasta a necessidade de constituição integral do crédito tributário pela autoridade administrativa.
- (B) cobrar a diferença devida, sem a necessidade de efetuar o lançamento, pois se trata de caso de lançamento por homologação.
- (C) efetuar o lançamento de ofício da diferença devida, no valor de R\$ 700,00.
- (D) intimar o contribuinte a apresentar declaração retificadora, por se tratar de lançamento por Declaração.
- (E) enviar o processo à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento para análise da possibilidade de revisão de ofício do lançamento.

Questão 52

Um dos princípios reguladores do Processo Administrativo Fiscal é apresentado a seguir.

Adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.

Trata-se do princípio da

- (A) oficialidade.
- (B) continuidade.
- (C) legalidade.
- (D) informalidade.
- (E) celeridade.

Questão 53

Determinado contribuinte pessoa física tomou conhecimento de uma Notificação de Lançamento enviada por via postal, que foi recepcionada pelo porteiro do seu edifício e entregue no seu apartamento.

Ao indagar ao síndico sobre quem teria assinado o aviso de recepção, foi informado que o ato foi praticado pelo próprio agente da portaria. Por entender que o referido servidor não teria poderes para representá-lo, desconsiderou a notificação.

Meses após, recebeu um Aviso de Cobrança relativo ao tributo objeto da Notificação de Lançamento. Ato contínuo, entrou com uma petição dirigida à unidade da Receita Federal de sua jurisdição, alegando que a cobrança era indevida, dado que não teria sido devidamente cientificado da Notificação de Lançamento. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alegação do contribuinte não tem fundamento, dado que, nos termos da legislação processual tributária vigente, a ciência por via postal é considerada válida, mesmo que recepcionada pelo porteiro do edifício onde ele reside.
- (B) A Notificação de Lançamento é inválida, dado que não foi recepcionada pelo contribuinte, ou por seu mandatário ou preposto.
- (C) O fato de o contribuinte ter se pronunciado ao aviso de cobrança tornou válida a ciência da Notificação de Lançamento, erroneamente recepcionada pelo porteiro do edifício.
- (D) A alegação do contribuinte não tem fundamento, dado que, nos termos da legislação processual tributária vigente, a ciência por via postal é considerada válida, mesmo que recepcionada pelo porteiro do edifício onde ele reside.
- (E) A ciência da Notificação de Lançamento somente será considerada válida caso o meio de intimação por via postal tenha sido previamente autorizado pelo contribuinte.

Questão 54

Determinado contribuinte foi cientificado do lançamento de ofício em 05/10/2023 – quinta-feira.

O prazo para impugnação da exigência é de 30 (trinta) dias e o dia 05/10/2023 é de expediente normal.

| OUTUBRO | | | | | | |
|---------|----|-----|-----|-----|-----|----|
| Se | Te | Qua | Qui | Sex | Sab | Do |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | 31 | | | | | |

| NOVEMBRO | | | | | | |
|----------|----|-----|-----|-----|-----|----|
| Se | Te | Qua | Qui | Sex | Sab | Do |
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 |
| 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 |
| 27 | 28 | 29 | 30 | | | |

Assinale a opção que indica a *data limite* para a apresentação da impugnação da exigência.

- (A) 05/11/2023 – domingo.
- (B) 06/11/2023 – segunda-feira.
- (C) 07/11/2023 – terça-feira.
- (D) 17/11/2023 – sexta-feira.
- (E) 20/11/2023 – segunda-feira.

Questão 55

Sobre o tema provas, assinale a afirmativa correta.

- (A) O dever de provar a inexistência da irregularidade apontada no processo administrativo fiscal é do contribuinte, dado que a autoridade tributária dispõe de fé pública, presumindo-se verdadeiros os fatos por ela narrados.
- (B) A prova ilícita é admitida em benefício do fisco.
- (C) Somente os meios de prova listados no Decreto nº 70.235/1972, podem ser utilizados no processo administrativo fiscal.
- (D) A juntada de provas por parte da autoridade fiscal somente deve ocorrer, por economia processual, após o contribuinte impugnar a exigência.
- (E) Os fatos aduzidos no processo, cuja veracidade se pretende demonstrar, constituem objeto da prova.

Questão 56

O Auditor Fiscal, em ação fiscal no estabelecimento comercial do contribuinte, apurou que, além de não terem sido declarados e recolhidos corretamente os tributos federais, foram praticados atos que, em tese, configuravam crime contra a ordem tributária.

Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Auditor Fiscal deve lavrar um auto de infração para cobrança dos tributos e determinar o imediato fechamento do estabelecimento comercial do autuado pela prática de crime contra a ordem tributária.
- (B) O Auditor Fiscal deve lavrar um auto de infração para cobrança dos tributos e formalizar uma Representação Fiscal para Fins Penais para comunicação ao Ministério Público Federal.
- (C) O Auditor Fiscal deve formalizar uma Representação Fiscal para Fins Penais para comunicação ao Ministério Público Federal, solicitando autorização para lavratura do auto de infração.
- (D) O Auditor Fiscal deve lavrar um auto de infração para cobrança dos tributos, que deverá estar acompanhado de um termo de arrolamento de bens e direitos a ser encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional.
- (E) O Auditor Fiscal deve lavrar um auto de infração para cobrança dos tributos e determinar a suspensão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Questão 57

Sobre as competências para o julgamento de primeira instância, de acordo com o estabelecido para o processo administrativo fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Até 60 salários mínimos, o julgamento é proferido por integrante das turmas ordinárias de julgamento do Carf.
- (B) O recurso voluntário de decisões monocráticas proferidas em processos de valor inferior a 60 salários mínimos compete às turmas recursais da Delegacia de Julgamento Recursal da RFB (DRJ-R).
- (C) O recurso voluntário em processos de pequeno valor deve sempre ser dirigido ao Carf.
- (D) O processo administrativo de valor superior a 60 salários mínimos deve ser julgado no Carf, em instância única.
- (E) O processo administrativo de valor inferior a 60 salários mínimos deve ser julgado por julgador monocrático, em instância única.

Questão 58

Dentre as hipóteses de *desistência da impugnação*, analise os itens a seguir.

- I. A apresentação de pedido de parcelamento.
- II. A extinção sem ressalvas do débito, por qualquer de suas modalidades.
- III. A apresentação intempestiva de documentos sem ressalvas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 59

Sobre o *juízo de exceção*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Seu julgamento compete à Câmara Superior de Recursos Fiscais.
- (B) Somente a Fazenda Nacional pode interpor recurso especial contra decisão contrária à lei ou à evidência de prova.
- (C) Tanto a Fazenda Nacional como os contribuintes podem interpor recurso especial contra decisão contrária à lei ou à evidência de prova.
- (D) O prazo para interposição de recurso especial é de 30 dias contados da ciência da decisão que decidiu o recurso voluntário ou de ofício.
- (E) Da decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais cabe recurso de ofício dirigido ao ministro da fazenda.

Questão 60

Sobre o *processo de consulta*, assinale a afirmativa correta.

- (A) As consultas sobre classificação fiscal de mercadorias são solucionadas pelas turmas ordinárias das Delegacias de Julgamento.
- (B) Cabe recurso voluntário ao Carf de consulta solucionada pela Cosit contrária ao entendimento do contribuinte.
- (C) A consulta sobre legislação tributária será solucionada pela Cosit em instância única, não cabendo pedido de reconsideração por parte do contribuinte.
- (D) A decisão formulada na consulta vincula apenas o contribuinte que formulou o pedido.
- (E) Se a consulta for formulada antes do prazo legal para o recolhimento do tributo e o pagamento for realizado em até 30 dias da ciência da decisão desfavorável ao contribuinte, haverá dispensa apenas da multa de ofício, sendo devidos os juros de mora e a multa de mora.

Realização

